

Contextos na Utilização do PDDE Emergencial em Escolas Municipais da Bahia: algumas considerações

Cristiane Regina Dourado Vasconcelos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil

Lúcia Medeiros de Andrade

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil

Resumo

Este artigo decorre de uma pesquisa desenvolvida com 129 escolas, pertencentes a seis redes municipais de ensino do estado da Bahia, cujo objetivo foi investigar os contextos na execução dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola Emergencial, no âmbito das unidades escolares. Para este fim, optou-se pela pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, com a utilização de pesquisa documental, revisão de literatura e aplicação de questionário. A análise de dados foi baseada nos pressupostos da análise de conteúdo. A investigação permitiu verificar que um número expressivo de escolas executou os recursos, sendo que o investimento principal foi direcionado à segurança sanitária e pouco para projetos e atividades pedagógicas. Sobre a participação e transparência no uso dos recursos, os dados apontam que existe um fortalecimento dessas ações nas escolas, embora algumas ainda precisem incorporar esses conceitos na gestão.

Palavras-chave: Financiamento da Educação Básica. Programa Dinheiro Direto na Escola. Recurso Emergencial. Participação. Transparência.

Contexts in the Use of the Emergency PDDE in Municipal Schools in Bahia: some considerations

Abstract

This article stems from a research carried out with a 129 schools belonging to six municipal schools in the state of Bahia, whose objective has been to investigate the contexts in the execution of the resources of the Direct Money Program at Emergency School (*Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Emergencial*, in Portuguese), within the scope of the school units. For this purpose, we opted for exploratory research, with a qualitative approach, using documental research, literature review and application of questionnaires. Data analysis was based on the assumptions of content analysis. The investigation made it possible to verify that a significant number of the investigated schools executed the resources and the main investment was directed to health safety in schools and just a little to the projects and pedagogical activities. Regarding participation and transparency in the use of resources, the data indicate that there is a strengthening of these actions in schools, although some still need to incorporate these concepts in management.

Keywords: Financing of Basic Education. Direct Money at School Program. Emergency Resource. Participation. Transparency.

Contextos en el Uso del PDDE de Emergencia en las Escuelas Municipales de Bahia: algunas consideraciones

Resumen

Este artículo surge de una investigación realizada con 129 escuelas pertenecientes a seis redes municipales del estado de Bahia, cuyo objetivo fue investigar los contextos en la ejecución de recursos del *Programa Dinheiro Direto na Escola Emergencial*, en el ámbito de las unidades escolares. Para ello, se optó por la investigación exploratoria, con abordaje cualitativo, utilizando la investigación documental, revisión bibliográfica y aplicación de cuestionarios. El análisis de datos se basó en los supuestos del análisis de contenido. La investigación permitió verificar que un número significativo de escuelas investigadas ejecutaron los recursos siendo que la principal inversión estuvo dirigida a la seguridad sanitaria y poco a proyectos y actividades pedagógicas. En cuanto a la participación y transparencia en el uso de los recursos, los datos indican que hay un fortalecimiento de estas acciones en las escuelas, aunque algunas aún necesitan incorporar estos conceptos en la gestión.

Palabras-clave: **Financiamiento de la Educación Primaria. Programa de Dinero Directo en la Escuela. Recurso de Emergencia. Participación. Transparencia.**

Introdução

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é um programa de assistência financeira do Ministério da Educação (MEC), gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Criado em 1995, sua finalidade é prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas de educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal; escolas públicas de educação especial das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal; e escolas privadas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público¹. Para terem acesso aos recursos, essas escolas precisam fazer adesão ao programa por meio do PDDEWeb² (BRASIL, 2018).

Além de promover certa autonomia financeira e possibilitar melhorias nas condições estruturais e pedagógicas das escolas, esse programa pode contribuir, em certa medida, para o fortalecimento da gestão escolar democrática e participativa, pois, em tese, incentiva o envolvimento da comunidade escolar em seu processo de execução (VASCONCELOS; ANDRADE, 2021).

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde>. Acesso em: 30 jul. 2022.

² O PDDEWeb é um sistema de cadastramento/atualização de informações cadastrais das Unidades Executoras Próprias (UEX) – Conselhos Escolares, Associação de Pais e Mestres ou similares – representativas de escolas públicas de educação básica estaduais, distritais e municipais beneficiárias do PDDE e suas Ações Integradas, como também de Entidades Executoras (EEX) – Prefeituras Municipais e Secretarias Estaduais e Distrital de Educação. A partir de 2018, a *atualização cadastral anual* tornou-se obrigatória para o recebimento de recursos do programa, conforme prevê a Resolução nº 6, de 27 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fnde_sistemas/item/11939-pddeweb. Acesso em: 30 jul. 2022.

A crise sanitária, instaurada pela pandemia da Covid-19 no mundo³, exigiu a criação de protocolos de funcionamento em todos os setores e, em especial, nas unidades de ensino. Nesse contexto, uma das ações do governo federal para o enfrentamento ao coronavírus foi a instituição, pelo FNDE, do PDDE Emergencial, através da Resolução CD/FNDE Nº 16, de 07 de outubro de 2020 (BRASIL, 2020), cujo objetivo foi contribuir para o provimento das necessidades prioritárias⁴ das escolas públicas das redes estaduais, municipais e distrital, devido à calamidade provocada pela pandemia (COMAG; CODDE; FNDE, 2020).

Nossa experiência na gestão escolar, na docência na rede municipal de ensino de Salvador/BA, e também como pesquisadoras do campo da educação, permite-nos afirmar que as escolas públicas têm enfrentado dificuldades estruturais para seu pleno funcionamento. No contexto da crise pandêmica, o cenário se agravou ainda mais. Em pesquisa recente, Araujo *et al.* (2021) registraram que o investimento dos recursos é desproporcional às demandas, resultando na existência de escolas públicas pouco estruturadas fisicamente, com escassez de recursos didáticos e quantitativo insuficiente de profissionais atuantes em seus espaços. Ainda de acordo com as autoras, essa realidade gera uma “[...] depreciação da imagem da escola pública, reconhecida pelo educador Anísio Teixeira como o principal veículo de democratização e de desfazimento das desigualdades sociais” (Araujo *et al.*, 2021, p. 62).

A partir dessas experiências, questionamo-nos sobre o contexto e viabilidade da execução de um recurso ‘emergencial’ pelas escolas. Diante disso, a pergunta que motivou esta pesquisa foi: como se deu o processo de execução do PDDE Emergencial nas escolas?

Este texto apresenta resultados de uma pesquisa realizada com 129 escolas, pertencentes à rede municipal de ensino de seis municípios do estado da Bahia, com o objetivo de investigar os contextos na execução do PDDE Emergencial, no âmbito das unidades escolares.

A coleta de informações e a investigação ora desenvolvida nos permitiram sistematizar um conjunto de análises cujo propósito é contribuir com pesquisas sobre o financiamento da educação no Brasil, entendido como política pública.

O PDDE como componente no conjunto das políticas de financiamento da educação no Brasil

Ao pensar o financiamento da educação no Brasil como uma política de destinação de recursos com objetivos definidos, cientes de que a educação irá necessariamente absorver recursos públicos, incentiva-se o questionamento sobre o que se deseja para o cerne do chamado sistema de bem-estar social. Os gastos sociais, incluídos nestes os destinados para a educação, são também originários de uma dinâmica que incentiva o crescimento distributivo, e apresenta em si, entre outras finalidades, a redução de desigualdades; nesse contexto, o referido financiamento é aqui entendido como uma política pública. Como ressaltado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), as responsabilidades atribuídas à política pública em educação são configuradas como regime de colaboração entre as instâncias federadas –

³ Os anos de 2019, 2020 e 2021 ficarão marcados na história da humanidade devido à crise sanitária, gerada pela pandemia da Covid-19, causada pelo coronavírus - SarsCoV-2, que impactou mundialmente todos os setores, notadamente os campos da Educação, Saúde e Economia.

⁴ Essas necessidades são apresentadas mais adiante, conforme descrito na resolução do Programa.

União, estados, Distrito Federal e municípios que são responsáveis pela administração e financiamento do sistema educacional brasileiro, responsabilidade essa que foi atribuída pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996; IPEA, 2011).

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído no ano de 2014 (BRASIL, 2014), após análise da realidade nacional concernente à educação, propõe diversas metas que objetivam expansões e melhorias. Contudo, o atingimento dessas metas passa, necessariamente, pela elevação do volume de recursos financeiros, e por isso há também a especificação sobre a necessidade de atingimento de um patamar equivalente a 10% do PIB nacional. Trata-se de uma árdua batalha, que vem sendo travada ao longo dos tempos e nos convoca a lembrar também que, “[...] para que ocorram avanços na política de financiamento da educação brasileira, a presença da sociedade civil comprometida com a realização do direito à educação foi e continua sendo substancial” (FARENZENA, 2022, p. 78).

Algumas iniciativas importantes já foram concretizadas, como a própria instituição do PNE ou as modificações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), mas, no que se refere à cobertura educacional como um todo, ainda são identificadas sérias lacunas quanto à manutenção, oferta, déficits de acesso, permanência e melhoria da qualidade. Nesse contexto, o PDDE tem atuação em caráter suplementar, consistindo na destinação anual de recursos financeiros que são repassados às entidades participantes com a finalidade de contribuir para:

1. o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento; 2. a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica; e 3. o incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social (FNDE, 2020, s. p.).

Esse programa se constituiu como o primeiro e único de origem federal que transfere recursos financeiros da União diretamente para escolas públicas do país. Destaca-se, ainda, que:

[...] o Programa surgiu sete anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), numa conjuntura histórica imersa na luta da sociedade civil pela deliberação de demandas e ações ligadas à concretização dos direitos sociais, em um contexto de pressões populares e de organizações civis pela autonomia da escola pública (VIANA, 2022, p. 4).

O Programa sofreu algumas modificações ao longo dos anos, entre as quais podemos citar: a extensão de sua cobertura, o reconhecimento legal da obrigatoriedade de repasse de recursos para o PDDE Básico e a criação de Ações Integradas (AIs) (estas últimas consideradas despesa discricionária/voluntária), além de outras modificações voltadas ao aperfeiçoamento do Programa direcionadas ao cálculo de repasses, procedimentos de utilização dos recursos e da prestação de contas (CECAMPE-SUL, 2021).

As AIs possuem benefícios focalizados e seguem os mesmos moldes operacionais do PDDE Básico nos seguintes quesitos: a) forma de transferência dos repasses; b) modo de gestão dos recursos; e c) modo de prestação de contas.

Sob o ponto de vista das necessidades de melhoria da qualidade da educação, a existência e manutenção do PDDE e suas ações integradas representam uma importante

iniciativa no sentido de alcançar os objetivos almejados para o financiamento educacional brasileiro.

As Als utilizam duas contas através das quais são repassados os recursos financeiros, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Ações integradas do PDDE

CONTAS	DESTINAÇÕES
PDDE Estrutura	Programa Sala de Recursos Multifuncionais Programa Escola Acessível Sanitário nas Escolas Rurais Programa PDDE Escolas Rurais: Campo, Indígenas e Quilombolas
PDDE Qualidade	Programa de Inovação Educação Conectada Programa Novo Ensino Médio PDDE Emergencial Programa Tempo de Aprender Programa Brasil na Escola Programa Educação e Família Programa Itinerários Formativos

Fonte: FNDE.

Cada Programa Educacional possui finalidades, objetivos e públicos-alvo específicos, descritos em suas próprias Resoluções⁵. Como é possível observar no Quadro 1, o PDDE Emergencial está vinculado à ação integrada PDDE Qualidade. É importante registrar que não foram encontrados nos documentos oficiais do FNDE registros sobre o que caracteriza os termos ‘estrutura’ e ‘qualidade’ para essas contas, nem mesmo o que define o PDDE Emergencial como uma ação integrada do PDDE Qualidade.

O PDDE Emergencial

Os critérios, formas de transferência e prestação de contas dos recursos do PDDE Emergencial estão dispostos na Resolução CD/FNDE/MEC nº 16, de 07 de outubro de 2020. Esse recurso, de caráter excepcional, buscou atender escolas públicas das redes estaduais, municipais e distrital, com matrículas na educação básica, no tocante a auxiliá-las nas adequações necessárias, segundo protocolo de segurança para retorno às atividades presenciais, no contexto da situação de calamidade provocada pela pandemia da Covid-19⁶.

Foram consideradas potenciais beneficiárias do PDDE Emergencial:

- escolas que aderiram ao PDDE;
- escolas integrantes da rede pública estadual, municipal ou distrital de educação;
- escolas ofertantes de matrículas da educação básica, recenseadas pelo Censo Escolar, realizado pelo MEC, no ano imediatamente anterior ao do atendimento;
- escolas representadas por Unidades Executoras⁷ (UEX);

⁵ Disponíveis em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/acoes-integradas>. Acesso em: 30 jul. 2022.

⁶ Como forma de prevenção ao coronavírus, uma das alternativas impostas pelos governos foi o isolamento social, com o fechamento do comércio, escolas, entre outros.

⁷ Organização da sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída com a finalidade de representar uma unidade escolar pública ou um consórcio de unidades escolares públicas, integrada por membros da comunidade escolar e comumente denominadas de caixa escolar, conselho escolar, associação de pais e mestres, círculo de pais e mestres, entre outras denominações. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde>. Acesso em: 30 jul. 2022.

- e) escolas que estivessem em dia com as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, conta do PDDE e Als, e com os cadastros atualizados no sistema PDDEWeb (BRASIL, 2020).

As UEx das escolas participantes deste estudo são representadas por conselhos escolares, constituídos com representatividade do segmento pais, alunos, funcionários e professores. Os diretores são considerados 'membro nato' dos conselhos.

Os recursos foram repassados às UEx das escolas na proporção de 30% (trinta por cento) na categoria capital e 70% (setenta por cento) na categoria custeio, devendo ser empregados para:

- a) reestruturação dos projetos pedagógicos;
- b) desenvolvimento das atividades educacionais, para revisão de conteúdos e avaliação da aprendizagem;
- c) aquisição de itens de consumo para higienização do ambiente e das mãos, assim como para a compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), com o objetivo de prevenir o contágio dos profissionais da escola bem como dos alunos naquele momento de pandemia;
- d) contratação de serviços especializados para desinfecção de ambientes;
- e) realização de pequenos reparos, adequações e serviços necessários à manutenção dos procedimentos de segurança para tramitação dentro das dependências da unidade escolar;
- f) gastos com acesso e/ou melhoria de acesso à internet para alunos e professores;
- g) aquisição de material permanente (BRASIL, 2020; FNDE, 2020).

A partir dessas orientações foi possível definir oito categorias de utilização dos recursos, que apresentamos na Figura 1.

Figura 1 – Categorias de utilização do PDDE Emergencial



Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2020) e FNDE (2020).

Os recursos do PDDE Emergencial⁸ foram repassados para as escolas no ano de 2020 e, uma parcela complementar, no ano de 2021. O montante dos recursos, por ano de repasse, é apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Repasses dos recursos do PDDE Emergencial

ANO	Nº DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	Nº DE ESCOLAS ATENDIDAS	Nº DE ESTUDANTES ATENDIDOS	VALORES REPASSADOS
2020	5.446	97.728	28.628.438	R\$ 445.157.633,00
2021	5.511	103.112	37.047.516	R\$ 172.199.021,00

Fonte: FNDE.

As Figuras 2 e 3 apresentam o montante repassado, em 2020 e 2021, do PDDE Básico e de todas as Als.

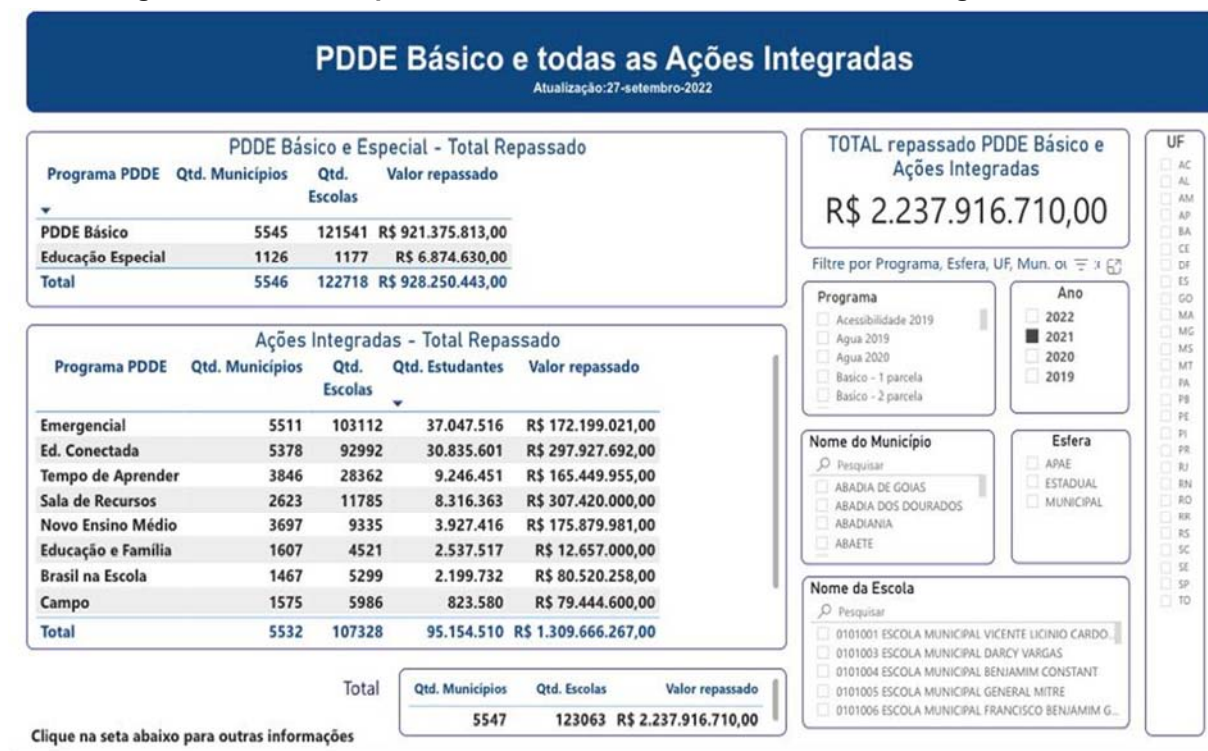
Figura 2 – Valores repassados PDDE Básico e todas as Ações Integradas, 2020



Fonte: FNDE.

⁸ As consultas sobre os repasses podem ser realizadas em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/monitore-o-pdde>. Acesso em: 30 jul. 2022.

Figura 3 – Valores repassados PDDE Básico e todas as Ações Integradas, 2021



Fonte: FNDE.

A análise dos dados apresentados nas Figuras 2 e 3 permite constatar que, no ano de 2020, o montante repassado destinado ao PDDE Emergencial foi maior em comparação ao repasse das AIs do PDDE, ficando atrás apenas do PDDE Básico. Em 2021, apesar de ser repassada apenas uma parcela complementar para as escolas, houve um maior repasse.

Na Tabela 2, apresentamos o montante recebido pelos municípios participantes da pesquisa por ano, bem como o número de escolas e estudantes atendidos.

Tabela 2 – Repasses dos recursos do PDDE Emergencial, por municípios participantes da pesquisa (2020 e 2021)

	MUNICÍPIOS/TOTAL					
	Itapicuru	Jacobina	Jeremoabo	Pirai do Norte	Salvador	Valente
ANO	2020					
Escolas atendidas	25	41	52	28	404	29
Estudantes atendidos	6.542	10.196	7.574	1.469	129.512	3.502
Valor repassado (R\$)	67.328,00	106.967,00	101.001,00	37.504	1.241.945,00	53.624,00
ANO	2021					
Escolas atendidas	23	49	52	31	424	33
Estudantes atendidos	6.371	11.864	6.955	1.953	147.660	3.444
Valor repassado (R\$)	10.622,00	26.352	15.730	7.864,00	273.756	12.493,00

Fonte: Censo Escolar, por meio do Laboratório de Dados Educacionais da UFPR.

O montante recebido por escola não é descrito, pois não se pretendeu neste estudo identificar as escolas.

Participação e transparência no uso dos recursos financeiros do PDDE

No Brasil, a partir da década de 1980, o movimento de lutas pela ampliação dos espaços de participação política foi intensificado e, nesse contexto, os setores organizados da população brasileira, notadamente os educadores, vêm desempenhando importante papel, no sentido da democratização das políticas públicas de educação. O protagonismo desses setores convergiu para o processo de definição da Constituição Federal de 1988 (CF/88), que incorporou, no artigo 206, a gestão democrática da educação como um de seus princípios basilares (AGUIAR, 2008). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9493/1996) regulamentou o princípio de gestão democrática do ensino público, indicando a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, bem como a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalente.

Esse conjunto de leis, além de estabelecer as diretrizes e normas para a organização e gestão do sistema educacional brasileiro, também orienta as ações, programas e políticas que visam garantir o acesso, a permanência com qualidade, a gestão democrática e o financiamento da educação, em seus diferentes níveis e modalidades. A partir desses dispositivos legais, os governos (União, estados e municípios) têm conduzido políticas, programas e projetos relacionados à gestão da educação, focalizando a gestão participativa nas escolas. Há que se destacar o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, lançado no ano de 2004 pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, na primeira gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006), concebido com o propósito de promover a cooperação do MEC com os sistemas estaduais e municipais de ensino, objetivando a implantação, consolidação e desempenho dos conselhos escolares nas escolas públicas de educação básica do País (AGUIAR, 2008). Um dos propósitos do Programa, ao qual fazemos destaque, é ampliar a participação da comunidade escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas.

Cabe sublinhar que o conselho escolar se constitui espaço de participação nas unidades escolares na medida em que esse órgão colegiado possibilita aos representantes de todos os segmentos das escolas (pais, funcionários, alunos, professores) atuar e se posicionar ante as demandas da escola. Neste estudo é considerada a participação desses atores na execução dos recursos do PDDE Emergencial. É possível considerar que a constituição de Conselhos Escolares “reflete o início da importante trajetória de participação da sociedade em programas do governo federal na década de 1990” (CECAMPE-SUL, 2022, p. 219).

No tocante à transparência no uso dos recursos financeiros do Programa, importa destacar que

A gestão financeira dos programas educacionais, notadamente do PDDE, está sujeita aos regramentos da transparência pública, do controle público e social e da accountability na aplicação dos recursos. Esses regramentos incluem a prestação de contas às instâncias de controle público e à sociedade em geral. As leis e regulamentos que tratam da transparência na gestão pública se originaram na Constituição Federal (CF) de 1988 (CECAMPE-SUL, 2022, p. 215).

No que se refere à transparência no âmbito da escola, é possível inferir que aos gestores escolares e aos representantes dos conselhos escolares compete tornar transparente a

execução dos recursos recebidos pelas escolas, bem como divulgar as prestações de contas que precisam seguir os regramentos instituídos em documentos oficiais publicados pelo FNDE. Cabe ressaltar que os estudos de monitoramento realizados pelos grupos Cecampe, instituídos pelo FNDE, fazem apontamentos quanto à transparência, contendo análise e relatos demonstrativos dos percursos e entraves encontrados para que a prestação de contas seja realizada pelas instituições dentro dos parâmetros esperados. Destaca-se que a clareza na demonstração do uso dos recursos é esperada para o atendimento de uma *accountability* baseada na responsividade apropriada para a execução de uma política pública.

Metodologia

Optamos pelo desenvolvimento de uma pesquisa exploratória que, de acordo com Gil (1999), desenvolve-se na intenção de proporcionar uma visão geral sobre determinado fato, sendo que um de seus aspectos mais interessantes é composto pelo aprofundamento de conceitos sobre determinada temática que não tenha sido contemplada de maneira satisfatória até o momento.

Recorremos à abordagem qualitativa que, segundo Moreira (2002), toma a interpretação como ponto central, havendo a finalidade de interpretar a questão principal através dos olhos dos próprios participantes. A análise de dados foi realizada com base nos pressupostos da análise de conteúdo defendida por Minayo (2001).

Participaram da pesquisa 129 escolas pertencentes a seis municípios baianos (Itapicuru, Jacobina, Jeremoabo, Piraí do Norte, Salvador e Valente). A escolha das redes de ensino se deu a partir da possibilidade de verificar os contextos, tanto da capital baiana, quanto de cidades do interior do estado. Com referência à rede municipal de ensino de Salvador, por se tratar de uma rede de ensino grande, optamos por direcionar o questionário para as escolas de apenas duas gerências regionais⁹ (GRE): Itapuã e Cabula. A GRE Itapuã possui 54 escolas e, a GRE Cabula, 48.

Os dados apresentados foram coletados por meio da aplicação de um questionário padronizado, contendo 15 questões (12 fechadas e três abertas), elaborado via *Google Formulários*. Esse instrumento passou por uma testagem com três pesquisadoras, sendo duas com experiência na gestão escolar pública. Esse exercício nos permitiu ajustar algumas questões e aprimorar o questionário.

A pesquisa foi apresentada às secretarias de educação dos municípios. Estas, por sua vez, encaminharam o questionário para as escolas via e-mail, fazendo breve apresentação do estudo. O questionário foi respondido, voluntariamente, pelos representantes das escolas que manifestaram interesse em participar da pesquisa.

Quanto aos respondentes do questionário, participaram 95 diretoras; 14 coordenadoras do conselho escolar; 11 coordenadoras pedagógicas; duas vice-diretoras; quatro tesoureiras do conselho escolar; e três secretários escolares.

A identificação das escolas e, também, dos participantes foi resguardada, pois o instrumento não continha campos para preenchimento de dados institucionais ou pessoais.

⁹ As escolas da rede municipal de Salvador/BA são subdivididas em 11 gerências regionais que apoiam administrativamente as unidades escolares.

A pesquisa de campo se deu no período compreendido entre os meses de setembro a dezembro de 2021. Para fundamentar a pesquisa, utilizamos a análise documental, explorando algumas resoluções e a legislação brasileira sobre o financiamento da educação, além da revisão de literatura, que nos permitiu ancorar a discussão teórica.

Resultados e discussões

Inicialmente, a fim de contextualizar os municípios aos quais as escolas participantes da pesquisa pertencem, buscamos investigar dados básicos como: densidade demográfica, localização, extensão e população.

Itapicuru é um dos 49 municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru, situando-se na porção nordeste do estado da Bahia e possuindo área total de 1.557,685 km². Jacobina, também conhecida como a Cidade do Ouro, tem 2.192,905 km² de área total e fica situada na região norte do estado. Já o município de Jeremoabo tem área de 4.627,488 km² e também se situa no norte da Bahia. Piraí do Norte possui 193,427 km² de área territorial e fica localizado na mesorregião do sul baiano. Salvador é a capital do estado da Bahia, situada na Zona da Mata da Região Nordeste do Brasil. Sua área corresponde a 693,453 km². Por fim, o município de Valente fica localizado no nordeste do estado da Bahia, possuindo área territorial de 394,877 Km² (IBGE, 2010).

Apresentamos, na Tabela 3, os dados demográficos dos municípios, de modo a constituir um panorama sobre suas populações.

Tabela 3 – Dados demográficos dos municípios participantes da pesquisa

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ESTIMADA (2021) Nº DE PESSOAS	POPULAÇÃO NO ÚLTIMO CENSO DEMOGRÁFICO (2010) Nº DE PESSOAS	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (2010) HABITANTES/Km ²
Itapicuru	36.173	32.261	20,35
Jacobina	80.749	79.247	33,60
Jeremoabo	40.832	37.680	8,09
Piraí do Norte	10.050	9.799	52,32
Salvador	2.900.319	2.675.656	3.859,44
Valente	29.111	24.560	63,90

Fonte: IBGE (2010).

Os dados apresentados na Tabela 3 permitem-nos fazer algumas observações: apesar de ter mais que o dobro da extensão territorial de Jacobina, o município de Jeremoabo tinha menos da metade da população de Jacobina aferida no último censo demográfico. Com referência à área, população e densidade demográfica dos seis municípios, os números são extremamente diferentes e nos permitem considerar que as demandas das secretarias de educação das redes de ensino são distintas.

Na Tabela 4, apresentamos o número de escolas, por dependência administrativa, de cada um desses municípios.

Tabela 4 – Escolas por dependência administrativa e por município, 2021

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIOS/Nº DE ESCOLAS					
	Itapicuru	Jacobina	Jeremoabo	Pirai do Norte	Salvador	Valente
Federal	-	1	-	-	2	-
Estadual	2	4	3	1	199	3
Municipal	27	49	59	32	427	30
Privada conveniada sem fins lucrativos	-	-	-	-	142	1
Privada não conveniada sem fins lucrativos	-	2	-	-	50	1
Privada não conveniada com fins lucrativos	1	30	5	1	681	3
Total	30	86	67	34	1.501	38

Fonte: Censo Escolar, por meio do Laboratório de Dados Educacionais da UFPR.

É possível observar que, no município de Salvador, há um número significativo de conveniamento com escolas privadas. Nos demais municípios observa-se que em apenas um deles (Valente) há uma escola privada conveniada sem fins lucrativos.

Na Tabela 5 apresentamos o número de matrículas nos municípios, por dependência administrativa.

Tabela 5 – Matrículas por dependência administrativa e por município, 2020

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIOS/Nº DE MATRÍCULAS					
	Itapicuru	Jacobina	Jeremoabo	Pirai do Norte	Salvador	Valente
Federal	-	860	-	-	3.556	-
Estadual	1.125	3.703	1.684	329	190.097	1.092
Municipal	6.772	11.153	7.327	1.700	142.608	3.169
Privada conveniada sem fins lucrativos	-	-	-	-	16.367	113
Privada não conveniada sem fins lucrativos	-	340	-	31	12.708	530
Privada não conveniada com fins lucrativos	69	4.525	638	99	142.255	961
Total	7.966	20.581	9.649	2.159	507.591	5.865

Fonte: Censo Escolar, por meio do Laboratório de Dados Educacionais da UFPR.

Analisando os dados apresentados nas Tabelas 3, 4 e 5, também com referência aos municípios de Jacobina e Jeremoabo, percebemos que, apesar de ter uma população significativamente inferior ao município de Jacobina, a rede municipal de ensino de Jeremoabo possui maior número de escolas e menor número de matrículas em comparação à rede municipal de ensino de Jacobina. Isso nos faz supor que a distribuição de alunos por escolas/turmas é otimizada, proporcionando aos professores melhores condições de trabalho, uma vez que, em tese, as turmas têm menor quantidade de alunos nas escolas desse município.

Apresentamos, na Tabela 6, o número de turmas por etapas e modalidades de ensino, separadas por segmento, das redes municipais de ensino participantes da pesquisa.

Tabela 6 – Turmas por etapas e modalidades de ensino, por segmento, dos municípios participantes da pesquisa (2021)

ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO, POR SEGMENTO	MUNICÍPIOS/Nº DE TURMAS					
	Itapicuru	Jacobina	Jeremoabo	Piraí	Salvador	Valente
Creche	16	50	56	3	401	27
Pré-escola	34	67	37	7	842	19
Ed. Infantil unificada	10	0	1	1	2	6
EF - Anos Iniciais	104	182	81	16	3.084	32
EF - Anos Finais	78	150	84	20	884	46
Turmas multisseriadas e multietapas	22	28	57	35	178	21
EJA – EF	90	24	40	7	532	43
EJA – EF e EM Integrado-técnico	0	0	0	0	0	12
Total	354	501	356	89	5.923	206

* consideradas somente as redes municipais de ensino.

Fonte: Censo Escolar, por meio do Laboratório de Dados Educacionais da UFPR.

Exposição dos resultados, a partir das respostas ao questionário

Participaram da pesquisa 10 escolas da rede municipal de ensino de Itapicuru, 11 de Jacobina, 27 de Jeremoabo, 14 de Piraí do Norte, 37 de Salvador e 30 de Valente. É importante destacar que o município que registrou maior participação na pesquisa foi o de Valente, onde 100% das escolas participaram da pesquisa.

Os demais percentuais de participação registrados foram: 46% em Jeremoabo; 44% em Piraí do Norte; 37% em Itapicuru; 30% em Salvador e 22% em Jacobina.

Quanto aos respondentes do questionário, a maioria (73%) era diretora das escolas. A análise nos permitiu verificar ainda que, das 95 diretoras, 11 eram também coordenadoras do conselho escolar de suas escolas. Importante salientar que as diretoras são membros natos dos conselhos escolares e, portanto, são integrantes da UEx.

Isso corrobora a afirmação das pesquisadoras Mafassoli e Farenzena (2020), entre outros estudiosos, de que, nas últimas décadas, houve uma intensificação e ampliação das atribuições dos gestores escolares, incluindo ações financeiras. Isso se justifica, entre outros fatores, pelo aumento expressivo de políticas públicas educacionais desde a década de 1990.

Além das 95 diretoras, participaram da pesquisa: 14 coordenadoras do conselho escolar; 11 coordenadoras pedagógicas; duas vice-diretoras; quatro tesoureiras do conselho escolar; e três secretários escolares.

Dois dados interessantes foram que, nas escolas dos municípios de Itapicuru e Jeremoabo, os questionários foram respondidos apenas por diretoras; e, quanto à participação de coordenadoras pedagógicas na pesquisa, somente em escolas do município de Valente houve registro dessa participação.

Para essa análise tivemos a intenção de verificar o contexto da execução da política pública no atendimento às necessidades geradas pela pandemia nas escolas eleitas como

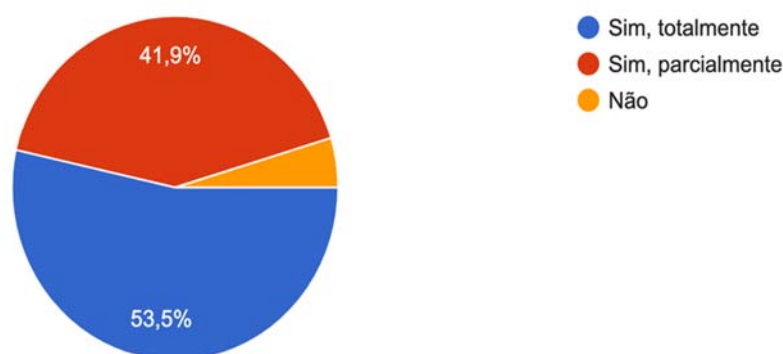
componentes da amostra. Conforme mencionado por Secchi (2015, p. 2), “[...] uma política pública se compõe de dois elementos indispensáveis: intencionalidade pública e resposta a um problema público”. Pode-se dizer ainda que “[...] a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (SECCHI, 2015, p. 2). Nesse caso, averiguamos os fatores que serão apresentados a seguir.

Sobre a execução dos recursos do PDDE Emergencial, a pergunta quatro do questionário se destinou a verificar se as escolas conseguiram utilizar os recursos. O Gráfico 1 apresenta os dados obtidos na pesquisa.

Gráfico 1 – Escolas que conseguiram ou não executar os recursos do PDDE Emergencial, 2021

4. Sua escola conseguiu utilizar a verba do PDDE Emergencial?

129 respostas



Fonte: Google Formulários.

Como é possível observar no Gráfico 1, 95,4% das escolas executaram os recursos do PDDE Emergencial, sendo que 53,5% conseguiram utilizar a verba em sua totalidade e 41,9% utilizaram parcialmente.

Faz-se importante destacar que as 14 escolas do município de Pirai do Norte conseguiram executar os recursos em sua totalidade. Ademais, apenas seis escolas não executaram os recursos, sendo duas de Salvador, uma de Jacobina, uma de Itapicuru e duas de Jeremoabo.

Os motivos para a não utilização foram:

- a) mudança de gestão da escola (uma incidência);
- b) vencimento do mandato do conselho escolar (quatro incidências);
- c) as aulas não foram retomadas na escola no período (uma incidência);
- d) demora na liberação dos trâmites bancários (uma incidência).

Questionou-se se as participantes tiveram dificuldades na execução dos recursos. Apenas 11 participantes sinalizaram que houve dificuldade na execução dos recursos em suas escolas (cinco de Valente, três de Salvador, duas de Jeremoabo e uma de Jacobina). As dificuldades sinalizadas foram:

- a) excesso de burocracia;
- b) o recurso era insuficiente para suprir às necessidades da escola;
- c) problemas com fornecedores quanto à tomada de preços;
- d) dificuldade em diferenciar o que era custeio e o que era capital.

Nenhuma escola dos municípios de Itapicuru e Piraí do Norte registrou dificuldades na execução dos recursos. Sobre a prestação de contas, nenhuma escola registrou dificuldade no processo. Também investigamos as finalidades na utilização dos recursos. A Tabela 7 apresenta os dados obtidos a partir da análise das respostas ao questionário.

Tabela 7 – Finalidades direcionadas pelas escolas, na execução do PDDE Emergencial, 2021

FINALIDADES NA EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO PDDE EMERGENCIAL	Nº DE INCIDÊNCIAS
Higienização	113
Proteção individual	67
Material permanente	43
Reparos e adequações das dependências	33
Conectividade	18
Atividades educacionais	08
Projetos pedagógicos	06
Desinfecção de ambientes	06

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nas respostas ao questionário (2021).

A análise dos dados apresentados na Tabela 7 nos permite inferir que a grande maioria das escolas (113) precisou investir recursos do PDDE emergencial para a aquisição de itens de consumo para higienização do ambiente e das mãos. Isso nos permite supor que pode ter existido certa ineficiência das secretarias de educação no sentido do provimento de itens de consumo para a higienização dos ambientes escolares e, numa situação especial que se deu com a crise pandêmica, contribuir para que os espaços, mobiliários, objetos e mãos dos estudantes, bem como de toda a equipe escolar, fossem higienizados.

Também foi possível verificar que mais da metade das escolas (67) adquiriram EPIs. Essa acentuação na opção dessas duas categorias de utilização dos recursos pode apontar, tanto para a preocupação das equipes escolares para com a garantia de proteção e prevenção da doença, quanto para a fragilidade dos órgãos centrais nesse movimento.

Já a baixa incidência de utilização dos recursos para a desinfecção de ambientes (seis) nos permite supor que as secretarias de educação buscaram garantir a execução desse serviço nas unidades escolares.

Com referência à aquisição de materiais permanentes, a baixa incidência de utilização dos recursos para este fim (43) nos permite afirmar que mais da metade das escolas, ou seja, 86, não executou o percentual destinado à categoria capital, que é de 30% dos recursos. Esse dado destaca uma discrepância nas respostas à pergunta quatro, na qual 54 escolas registraram que utilizaram a verba parcialmente e seis responderam que não a utilizaram.

Com referência à realização de pequenos reparos, adequações e serviços necessários à manutenção dos procedimentos de segurança para tramitação dentro das dependências da unidade escolar, 33 escolas destinaram parte dos recursos para esse fim. Esse dado pode ser um indicativo de que as secretarias de educação também buscaram garantir a execução desses serviços nas unidades escolares.

Verificamos baixa incidência da utilização dos recursos para gastos com acesso e/ou melhoria de acesso à internet, para alunos e professores (18), para o desenvolvimento das atividades educacionais, para revisão de conteúdos e avaliação da aprendizagem (oito), e, também, para a reestruturação dos projetos pedagógicos (seis). Esses dados acendem um alerta, haja vista a necessidade de investimento, por parte das escolas, em projetos e atividades que pudessem amenizar os prejuízos causados pela defasagem da aprendizagem dos estudantes das escolas públicas, com a suspensão das aulas, em decorrência da pandemia.

Com o intuito de verificar o nível de participação da comunidade escolar na execução de recursos, uma das perguntas do questionário se destinou a investigar se existe envolvimento dos representantes de todos os segmentos do conselho escolar na execução dos recursos recebidos pela escola. A grande maioria das participantes (122) afirmou existir sim envolvimento de todos. Isso corrobora o fortalecimento da gestão escolar democrática e participativa. Apenas sete participantes registraram que não houve essa participação, sendo que quatro das escolas estavam sem conselho escolar ativo. Os motivos listados pelas outras três escolas, para justificar a falta de participação de todos os segmentos do conselho escolar na execução dos recursos recebidos, foram:

- a) É difícil a participação do segmento pais, pois nem todos têm acesso à internet para participar da reunião virtual;
- b) Falta de interesse das pessoas em participar;
- c) Falta de tempo e trabalho.

Esse tipo de participação favorece a gestão democrática, na medida em que as pessoas podem se expressar e representar seus segmentos.

Também foi perguntado se as escolas divulgam os valores recebidos e suas execuções para a comunidade escolar: 126 participantes afirmaram que a divulgação acontece em suas escolas; apenas três participantes responderam que não existe esse tipo de divulgação nas escolas onde atuam (duas de Salvador e uma de Jeremoabo). Os dados coletados referentes aos meios utilizados são apresentados na Figura 4.

Figura 4 – Nuvem de palavras que representa as formas utilizadas pelas escolas para garantia de transparência da execução de recursos



Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas ao questionário (2021).

A incidência expressiva do número de escolas que cumprem esse papel (126) favorece a transparência do uso de recursos públicos, considerada de “[...] vital importância para que

a sociedade tome conhecimento do uso dos recursos públicos e contribuam no combate à corrupção” (CECAMPE-SUL, 2022, p. 216).

Como demonstrado na Figura 4, as formas mais utilizadas pelas escolas para garantir a transparência na execução dos recursos foram: realização de reuniões (101 incidências); divulgações em murais (38); postagens em grupos de WhatsApp (21).

Em quatro escolas a divulgação acontece também através da divulgação em redes sociais; três escolas divulgam as informações também em boletins informativos; duas distribuem demonstrativos fiscais para a comunidade escolar e apenas uma registra a utilização de E-mail.

Conclusões

As dificuldades impostas pela pandemia foram sentidas por muitas pessoas de diversos segmentos, contudo, de maneira muito enfática, as escolas públicas foram atingidas e sua finalidade de existir foi fortemente abalada. Esta pesquisa teve como objetivo investigar os contextos da execução dos recursos do PDDE Emergencial nas escolas eleitas como contingente amostral, na intenção de compreender como se deram suas ações no combate aos abalos da pandemia por meio desse recurso específico. A análise nos mostrou a necessidade de readaptação dos métodos de execução do trabalho das escolas, posto que não foi possível a utilização integral da verba do PDDE Emergencial por todas as instituições.

Considerando as dificuldades apontadas, providências poderiam ter sido tomadas para o esclarecimento das dúvidas, além disso, porquanto se considera fundamental a participação integral dos representantes de conselho escolar na execução dos recursos recebidos pelas escolas, a divulgação dessa ação de execução precisa ser ampla e abrangente. Verificou-se ainda, em função do tipo de investimento, uma grande preocupação com a segurança sanitária por parte dos profissionais.

Considerando as finalidades apontadas com a utilização dos recursos do Programa, observou-se baixa incidência na utilização dos recursos para conectividade, desenvolvimento de atividades educacionais e reestruturação dos projetos pedagógicos. Isso apontou certa fragilidade no investimento, por parte das escolas, em projetos e atividades que pudessem amenizar os prejuízos causados pela defasagem da aprendizagem dos estudantes das escolas públicas, com a suspensão das aulas, em decorrência da pandemia.

Por outro lado, os gastos com a conectividade em algumas escolas também apareceram nesse cenário como fatores de sobrevivência. As destinações dos recursos advindos do PDDE Emergencial nos mostram a importância da existência de políticas públicas consistentes que, entre suas finalidades, prevejam atender problemas públicos, ainda que estes sejam de ordem emergencial. A realidade aqui apresentada nos alerta também para a importância de pensarmos o financiamento da educação como uma política pública, bem como a necessidade de uma forte mobilização no sentido de acoplar novas fontes de recursos àquelas já existentes, para que seja possível alcançarmos as metas estabelecidas para a educação nacional.

Sobre a participação dos representantes dos conselhos escolares na execução dos recursos financeiros advindos do Programa, os dados da amostra apontaram que houve um fortalecimento dessas ações, embora exista também a necessidade de investimento em

formações em algumas escolas que ainda não conseguiram incorporar esses conceitos. Em termos de perspectivas, entende-se que uma aproximação das instituições aos órgãos governamentais responsáveis pela destinação dos recursos, no sentido de promover capacitação, formação e prestar esclarecimentos, pode ser benéfica para que se tenha um pleno atendimento do público-alvo na destinação dos recursos.

Em conclusão, no tocante à transparência na utilização dos recursos do PDDE, a expressiva incidência de escolas que divulgam para a comunidade escolar dados sobre a execução do Programa, bem como sobre a prestação de contas, evidencia que ações têm sido direcionadas para esse fim.

Referências

AGUIAR, Márcia Angela da Silva. Gestão da educação básica e o fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 31, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602008000100009>. Acesso em: 20 ago. 2022.

ARAUJO, Jomária Alessandra Q. de C.; VASCONCELOS, Cristiane Regina Dourado; NEVES, Joelma Estela Queiroz de Cerqueira; SANTIAGO, Ana Conceição Alves; ALVES, Valdirene de Oliveira. Dificuldades Estruturais Enfrentadas por Gestores Escolares em Escolas Públicas Municipais SSA/BA. In: ENCONTRO ESTADUAL DA ANPAE, 3., 2021. Brasília. **Anais [...]**. Brasília: ANPAE, 2021. v. 1. p. 61-64.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988 (preceitos sobre a educação, na redação original e com a atualização dada pelas Emendas Constitucionais 14/96, 53/06, 59/09 e 108/2020). **Diário Oficial da União**, Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 maio 2021.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Lei n.º 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jun. 2014.

BRASIL. Resolução CD/FNDE/MEC nº 6, de 27 de fevereiro de 2018. Acrescenta e altera dispositivos da Resolução CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – CD/FNDE. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/11945-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA6,-de-27-de-fevereiro-de-2018>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL. Resolução CD/FNDE/MEC nº 16, de 07 de Outubro de 2020. Dispõe sobre os critérios e as formas de transferência e prestação de contas dos recursos destinados à execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Emergencial, em caráter excepcional, para atender a escolas públicas das redes estaduais, municipais e distrital, com matrículas na educação básica, para auxiliar nas adequações necessárias, segundo protocolo de segurança para retorno às atividades presenciais, no contexto da situação de calamidade provocada pela pandemia da Covid-19. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2020. Seção 1. P.

92-93. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13848-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-16,-de-07-de-outubro-de-2020>. Acesso em: 15 set. 2021.

CECAMPE-SUL. Centro colaborador de apoio ao monitoramento e à gestão de programas educacionais da Região Sul. **1º relatório de andamento**. Maria Beatriz Luce, Maria Goreti Farias Machado, Nalú Farenzena, Neusa Chaves Batista, Patrícia Marchand (Org.). Revisão e diagramação: Edson Leonel de Oliveira. Porto Alegre: UFRGS, 2021. 500 p. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cecampe-sul/documentos/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

CECAMPE-SUL. Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais CECAMPE Região Sul: **2º relatório de andamento**. Maria Goreti Farias Machado (coord. geral); Neusa Chaves Batista, Nalú Farenzena, Patrícia Marchand, Maria Beatriz Luce (Org.). Diagramação: Edson Leonel de Oliveira. Porto Alegre: UFRGS, 2022. 295 p. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cecampe-sul/documentos/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

COMAG; CODDE; FNDE. Coordenação de Monitoramento e Apoio à Gestão de Programas. Coordenação de Execução do Dinheiro Direto na Escola. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Boletim Informativo - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**, n. 2, ed. 13, ano 5, Brasília, FNDE, 2020.

FARENZENA, Nalú. Trajetória das diretrizes legais do financiamento da educação básica na Constituinte e nas emendas à Constituição Federal de 1988. **Em Aberto**, Brasília, INEP, v. 35, p. 62-83, 2022. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/5138>. Acesso em: 31 jul. 2022.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Relatório de Gestão 2006**. Brasília: FNDE, 2006. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/relatorios/relatorios-de-gestao?start=12>. Acesso em: 30 jul. 2022.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Boletim Informativo - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**, n. 2, ed. 13, ano 5, Brasília, FNDE, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/boletim-informativo>. Acesso em: 29 jul. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MAFASSIOLI, Andréia; FARENZENA, Nalú. A gestão escolar no Programa Dinheiro Direto na Escola: implicações para uma atuação democrática. In: DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; GOMES, Maria das Graças Correia; SILVA, Wellyngton Chaves Monteiro da (Org.). **Políticas públicas de educação: dilemas público e privado**. Maceió: Eduneal, 2020. p. 17-38.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 29 jul. 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Financiamento da educação: necessidades e possibilidades. **Comunicados do Ipea**, Brasília, n. 124, 14 dez. 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12630. Acesso em: 30 jul. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MOREIRA, Daniel A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

VASCONCELOS, Cristiane Regina Dourado; ANDRADE, Lúcia Medeiros de. Contextos na Utilização do PDDE Emergencial em Escolas Municipais da Bahia: algumas considerações. In: ENCONTRO ANUAL DA FINEDUCA, 10., 2021, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Fineduca, 2021. p. 43-44.

VIANA, Mariana Peleje. Comparando os Recursos Financeiros do PDDE com as chamadas 'Contribuições Espontâneas' arrecadadas pelas Escolas Públicas. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 12, n. 16, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/109630/85070>. Acesso em: 31 jul. 2022.

Cristiane Regina Dourado Vasconcelos é Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação da UFRGS do Núcleo de Pesquisas em Gestão Educacional e Formação de Gestores (NUGEF/UNEB).

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4258-7375>

E-mail: dourado.cris@gmail.com

Lúcia Medeiros de Andrade possui Mestrado na área de Políticas e Gestão de Processos Educacionais da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2021), graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015), pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Verbo Jurídico (2017). Atualmente ocupa cargo técnico-administrativo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, e atua como pesquisadora no âmbito de políticas educacionais vinculadas ao FNDE.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8677-9486>

E-mail: lucia.andrade@progesp.ufrgs.br

Recebido em 30 de dezembro de 2022

Aprovado em 01 de agosto de 2023

